

Meritum

REVISTA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FUMEC

Estado Democrático de Direito e efetivação de direitos



***Meritum* – Belo Horizonte – v. 6 – n. 2 – p. 01-496 – jul./dez. 2011 – ISSN 1980-2072**

REITOR: Prof. Antonio Tomé Loures

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE**

• **Diretora Geral:** Profa. Thaís Estevanato

• **Diretor de Ensino:** Prof. João Batista de Mendonça Filho

• **Diretor Administrativo-financeiro:**
Prof. Antonio Marcos Nohmi

• **Coordenador Setor de Publicações:**
Prof. Eduardo Martins de Lima

• **Coordenadora do Curso de Direito:**
Profa. Silvana Lourenço Lobo

• **Coordenador do Programa de Mestrado
na área de concentração Instituições
Sociais, Direito e Democracia:**
Prof. Antônio Carlos Diniz Murta

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE**

– FUMEC

Rua Cobre, 200, Cruzeiro

Belo Horizonte/MG

Cep 30310-190

Tel (31) 3228-3090

Site: www.fumec.br

E-mail: revistameritum@fumec.br

REVISTA MERITUM

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Profa. Flávia de Ávila, Profa. Maria

Tereza Fonseca Dias e Prof. Antônio

Carlos Diniz Murta

LINHA EDITORIAL:

Estado Democrático de Direito e

efetivação de direitos

CONSELHO EDITORIAL

Adolfo Ingácio Calderón – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)

Arno Dal Ri Jr. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

César Augusto Baldi – Universidad Pablo Olavide (UPO), Sevilla, Espanha

Daniel Firmato de Almeida Glória – Universidade FUMEC

David López Jiménez – Universidad de Huelva, Espanha

Deissy Motta Castaño – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia

Dídima Rico Chavarro – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia

Erica Palmerini – Scuola Superiore Sant’Anna (SSSUP), Pisa, Itália

Fernando Antonio de Carvalho Dantas – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)

Frederico de Andrade Gabrich – Universidade FUMEC

Gladston Gomes Mamede da Silva – Universidade FUMEC

Haroldo Duclerc Verçosa – Universidade de São Paulo (USP)

Jan Peter Schmidt – Instituto Max Planck (MPI), Alemanha

Jean-Christophe Merle – Faculdade de Filosofia da Universidade de Saarbrücken, Alemanha

José Filomeno de Moraes Filho – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Joaquim Carlos Salgado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Jorge Renato dos Reis – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Karine Salgado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Manuel David Masseno – Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), Universidade de Porto (UP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Nattan Nisimblat – Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia

Otavio Luiz Rodrigues Junior – Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)

Paula Nunes Correia – Universidade de Macau (UM), Macau, China

Raymundo Juliano Rego Feitosa – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Simone Maria Lopes Cançado Diniz – Universidade FUMEC

TRADUÇÃO: William Alkmin

REVISÃO: Maria de Lourdes Costa (Tucha)

CAPA, DIAGRAMAÇÃO: Eduardo Queiroz – Saitec Editoração

IMPRESSÃO: Gráfica e Editora O Lutador

Meritum : revista de direito da Universidade FUMEC / Universidade FUMEC,
Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. – v. 6, no. 2 (Jul./Dez. 2011) - .
– Belo Horizonte : Universidade FUMEC, 2006-

v. ; 25 cm

Tema do fascículo: Estado democrático de direito e efetivação de direitos
Semestral

ISSN 1980-2072

1. Direito. I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas,
Sociais e da Saúde.

CDU: 34

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas,
Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Pede-se permuta / *We ask for exchange* / *On demande l'échange* / *Piedese canje*

Sumário

Editorial	7
<i>Coordenação Editorial</i>	
1 Direitos humanos e justiça etnocultural	13
<i>Will Kymlicka</i>	
2 Quando os afrodescendentes se tornaram “povos tribais”: o sistema interamericano de direitos humanos e as comunidades negras rurais	57
<i>Ariel E. Dulitzky</i>	
3 Secularismo, Islã e o “muçulmano”: reflexões sobre colonialidade e biopolítica	139
<i>César Augusto Baldi</i>	
4 A questão dos símbolos religiosos à análise da Corte Europeia dos Direitos Humanos: O caso Leyla Sahin contra Turquia	187
<i>Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazzi</i>	
5 Entre a neutralidade política e a responsabilidade social: os dilemas de afirmação da independência judicial no Estado moderno	237
<i>Élida Lauris</i>	
6 Regime constitucional da biodiversidade: patrimônio natural, ecossistemas frágeis e recursos naturais	277
<i>Agustín Grijalva</i>	
7 Uma mercadoria indígena e seus paradoxos: a folha de coca em tempos de globalização	311
<i>Silvia Rivera Cusicanqui</i>	
8 O contexto da denúncia na Comissão da Verdade e Reconciliação Peruana: a política do testemunho e o conhecimento científico	349
<i>Silvia Rodríguez Maeso</i>	
9 Système français de sécurité sociale: l'introuvable réforme du financement de l'assurance vieillesse	387
<i>Lucas Bento de Carvalho</i>	
9 Sistema francês de seguridade social: a elusiva reforma do financiamento do seguro envelhecimento	429
<i>Lucas Bento de Carvalho</i>	
Chamada para publicação de artigos para a revista <i>Meritum</i>	473



Summary

Editorial	7
<i>Coordenação Editorial</i>	
1 Human rights and ethnocultural justice	13
<i>Will Kymlicka</i>	
2 When afro-descendants became “tribal peoples”: the inter-american human rights system and rural black communities	57
<i>Ariel E. Dulitzky</i>	
3 Secularism, Islam, and the “Muslim”: reflections on coloniality and biopolitics	139
<i>César Augusto Baldi</i>	
4 The issue of religious symbology in front of the European Court of Human Rights: Leyla Sahin vs Turkey	187
<i>Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazi</i>	
5 Between political neutrality and social responsibility: the dilemma of the assertion of judicial independence in the modern State	233
<i>Élida Lauris</i>	
6 Biodiversity constitutional regime: natural heritage, fragile ecosystems and natural resources	277
<i>Agustín Grijalva</i>	
7 An indigenous commodity and its paradoxes: the coca leaf in a globalised world	311
<i>Silvia Rivera Cusicanqui</i>	
8 The context of denunciation in the Peruvian Truth and Reconciliation Commission: the politics of testimony and scientific knowledge	349
<i>Silvia Rodríguez Maeso</i>	
9 The french system of social security: the elusive finance reform of aging insurance	387 e 429
<i>Lucas Bento de Carvalho</i>	
Call for papers for the <i>Meritum</i> law journal	477
Convocatoria para publicación de artículos para la revista <i>Meritum</i> ..	481
Appel à contribution d’articles pour la revue juridique <i>Meritum</i>	485
Aufruf zur Veröffentlichung von Artikeln in der Zeitschrift „Meritum” ...	489
Bando per la pubblicazione di articoli per la rivista <i>Meritum</i>	493



Neste número, a *Meritum* reafirma sua intenção de ser uma publicação destinada à propagação do conhecimento, ao apresentar diferentes enfoques sobre o Estado Democrático de Direito em artigos relativos aos direitos humanos e ao direito comparado. Neste semestre, a substancial qualidade dos artigos apresentados e a diversidade de seus temas refletem, assim como nas edições anteriores, a incansável busca da *Meritum* pela excelência. Contudo, este trabalho, considerado prioritário pela Universidade Fumec, intensificou-se ainda mais em virtude de parcerias firmadas no decorrer de 2011 com entidades que reconhecem na revista um importante e balizado meio científico, assim como em razão do resultado da avaliação final da Comissão do Qualis para Área de Direito, realizada pela Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Dessa forma, o convênio firmado com a Escola de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Minas Gerais, e a contribuição concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), por meio de seu edital de apoio a periódicos, foram fundamentais para o desenvolvimento da *Meritum*. Do mesmo modo, a requalificação da revista pelo sistema Qualis, que a reposicionou três níveis acima da estratificação anterior, reforça ainda mais esse reconhecimento das qualidades da *Meritum*.

Contudo, é importante destacar o árduo trabalho dos membros do Conselho Editorial da *Meritum*, que dedicam muitas horas de seu tempo para promover políticas que tornam a revista digna de todas essas conquistas. Por isso, nosso agradecimento a essas pessoas tão dedicadas. Desse modo, os artigos aqui publicados espelham a preocupação constante com a evolução

e o aprimoramento da *Meritum* como veículo de promoção da informação e de divulgação dos ideais do Estado Democrático de Direito em seus mais diversos enfoques.

Will Kymlicka, filósofo político canadense, conhecido por seu trabalho a respeito do multiculturalismo, inaugura esta edição. Professor na Queen University, em Kingston, Canadá e doutor pela Universidade de Oxford, defende, no seu artigo *Direitos humanos e justiça etnocultural*, que a atual proteção estrita dos direitos humanos, baseada nos direitos civis e políticos, seria insuficiente para que as minorias nacionais fossem protegidas de injustiças promovidas pelos Estados. Essas injustiças ocorrem principalmente em relação a políticas de migração interna e povoamento, reconfiguração de fronteiras ou redução de poderes de subunidades políticas internas controladas pela minoria nacional e políticas relativas às línguas oficiais. Desse modo, seria necessário que houvesse a efetivação de direitos das minorias em relação aos princípios dos direitos humanos, tanto na esfera nacional quanto na internacional.

Ariel Dulitzky, mestre pela Harvard University, professor e diretor da Clínica de Direitos Humanos e da Latin America Initiative na Texas University, Austin, Estados Unidos, é autor do artigo intitulado *Quando os afrodescendentes se tornaram “povos tribais: o sistema interamericano de direitos humanos e as comunidades negras rurais*. O autor expõe que o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos estabeleceu-se como um ator importante na discussão dos direitos coletivos relativos aos territórios pertencentes a indígenas e algumas comunidades afrodescendentes no continente americano. O relacionamento cultural único entre tais minorias e suas terras foi abordado pela jurisprudência interamericana, tanto no que diz respeito a seu reconhecimento quanto no que concerne aos seus limites. Assim, o autor se propõe a realizar um estudo desses casos, preocupando-se, principalmente, em evidenciar se há grupos excluídos dessas decisões, bem como se o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem instituições suficientes para

o amparo desses direitos, além de verificar se os demandantes afrodescendentes se veem discriminados ao invocarem esse enfoque cultural para a proteção de seus direitos.

César Augusto Baldi, membro do Conselho Editorial da *Meritum*, mestre em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) do Rio Grande do Sul, doutorando pela Universidad Pablo Olavide, da Espanha, e importante pesquisador dos Direitos Humanos no Brasil, demonstrou em seu artigo *Secularismo, Islã e o “muçulmano”*: reflexões sobre colonialidade e biopolítica, as complexas relações entre secularismo e religião, principalmente no que diz respeito à igualdade de gênero e à defesa dos direitos humanos em relação aos diversos islãs. Para o autor, o processo de secularização implicou o desprezo dos conhecimentos da mulher e da religião, o que, dentre outras razões, levam ao colonialismo, ao sexismo e ao racismo.

No texto de Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazi, intitulado *A questão dos símbolos religiosos à análise da Corte Europeia dos Direitos Humanos: o caso Leyla Sahin contra Turquia*, desenvolve-se um estudo sobre a temática dos símbolos religiosos como interpretada pela jurisprudência da Corte Europeia dos Direitos Humanos, concentrando-se sobre a exposição de tais signos nos espaços públicos, em particular nas escolas. A autora, graduada em Direito na Università degli Studi di Trento, Itália, e mestranda em Direito e Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aponta o surgimento de uma noção europeia de laicidade que concede tutela insuficiente do direito à liberdade religiosa, consagrado no sistema da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais.

Élida Lauris, mestre em Direitos Humanos e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará, pesquisadora do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e doutoranda da Faculdade de Economia (Feuc) dessa instituição portuguesa, contribuiu para esta edição com o texto *Entre a neutralidade política e a responsabilidade*

social: os dilemas de afirmação da independência judicial no Estado moderno. Por meio de argumentos baseados nos ensinamentos de Boaventura de Souza Santos, a autora defende que o princípio da independência judicial é considerado referência para a transição do Estado liberal para o Estado social, bem como parâmetro para as crises políticas sociais. Desse modo, esse preceito é destaque em relação à análise do papel do Poder do Judiciário. Contudo, em países em que a imposição de regimes autoritários conduziu o Judiciário ao isolamento social e político, a independência judicial se tornou molde liberal dominante da relação do Poder Judiciário com os cidadãos, grupos sociais e poderes políticos, relacionamento que ainda não se modificou inteiramente com a redemocratização.

Agustín Grijalva, autor de *Regime constitucional da biodiversidade*: patrimônio natural, ecossistemas frágeis e recursos naturais, é pesquisador e professor da Universidad Andina Simón Bolívar, doutor em Direito pela Pontifícia Universidad Católica del Ecuador (Puce) e membro do Consejo de Educación Superior daquele país. Também é mestre em Ciências Políticas pela University of Kansas e doutor na mesma especialidade pela University of Pittsburgh, ambas nos Estados Unidos. Segundo o autor, o povo, como titular da soberania, a exerce por meio do complexo de órgãos públicos com competências constitucionais e formas específicas de participação cidadã direta, o que tem consequências importantes em matéria ambiental. Segundo a Constituição equatoriana, há previsão da proibição quanto à exploração de recursos naturais não renováveis em áreas de preservação e de proteção integral. Embora a Constituição autorize, em caráter excepcional, o desenvolvimento de atividades extrativistas nessas áreas, também estabelece padrões e procedimentos rigorosos para assegurar a validade constitucional formal e material de qualquer decisão das autoridades públicas nesse sentido.

A socióloga e ativista boliviana, de ascendência aymara, vinculada aos movimentos indígena katarista e cocaleiro, Silvia Rivera

Cusicanqui, é autora do artigo intitulado *Uma mercadoria indígena e seus paradoxos: a folha de coca em tempos de globalização*. Docente emérita da Universidad Mayor de San Andrés, de La Paz, no Departamento de Sociologia e do Programa Andino de Derechos Humanos (PADH), da Universidad Andina Simón Bolívar, com sede no Equador, a autora defende que, apesar das grandes revoluções populares que ocorreram na Bolívia desde a década de 2000, há um aparato de repressão contra a folha de coca, símbolo da cultura aymara. Sob o argumento de defesa da saúde pública dos países consumidores de drogas ilícitas, o mercado interno sofre interferências que buscam a erradicação de zonas produtoras. Para Rivera, é preciso reavaliar os controles e proibições que pesam sobre o mercado e o estigma que se associa ao consumo da folha mesmo entre a comunidade indígena. Contudo, apesar de o peso dessas disputas ter seu cenário limitado às questões envolvendo o atual governo, é necessário compreendê-las em toda a sua profundidade histórica e social.

No artigo *O contexto da denúncia na Comissão da Verdade e Reconciliação peruana: a política do testemunho e o conhecimento científico*, Silvia Rodríguez Maeso, doutora em Sociologia Política pela Universidade do País Basco, investigadora auxiliar do CES-Laboratório Associado, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE) e professora em programas de doutoramento no CES/Feuc, analisa um estudo de caso relativo à utilização das Comissões de Verdade como mecanismo político. Esse mecanismo serve tanto para que o conjunto de testemunhos colhidos seja considerado elemento central de outorga da legitimidade ético-política para a determinação das violações dos direitos humanos quanto para que o trabalho dos profissionais do Direito e das Ciências Sociais envolvidos no processo os autorize a ser testemunhas privilegiadas da produção da *verdade*. No estudo do caso peruano, são analisados parâmetros científicos para a compreensão dos “atos de violência”, bem como

a necessidade de problematizar certos pressupostos interpretativos em relação ao agenciamento político de determinadas populações, neste caso, das comunidades camponesas andinas.

Este número se encerra com o artigo *Sistema francês de seguridade social*: a elusiva reforma do financiamento do seguro envelhecimento, de Lucas Bento de Carvalho, mestre em Direito do Trabalho e da Proteção Social e doutorando em Direito Contratual pela Université Montesquieu-Bordeaux IV, publicado também em seu idioma original. Segundo o autor, a lei francesa de 9 de novembro de 2010, que trata da reforma do seguro envelhecimento, aumentou de 60 para 62 anos a idade mínima para aposentadoria. Concomitantemente, os segurados que não tiverem atingido a taxa de contribuição legal para o recebimento do valor integral do benefício são obrigados a trabalhar até os 67 anos para receber aposentadoria sem qualquer desconto. O exame das referidas mudanças operadas oferece a oportunidade para questionar se o governo, ao aumentar sem considerar o esforço contributivo dos segurados, estará se comprometendo em realmente reformar o financiamento do sistema do seguro envelhecimento.

Com base nessas notáveis pesquisas, é possível verificar que este número da *Meritum* é dedicado à visão dos aspectos democráticos do Estado de Direito baseado nos Direitos Humanos e no Direito Comparado. Assim, os dois pressupostos fundamentais da política editorial da revista se fazem evidentes: a contribuição ao caráter multidisciplinar, tão imperativo ao incremento do Direito; e a consideração do dever de servir à comunidade acadêmica para que haja a transmissão de ideias que contribuam para a formação de profissionais qualificados e engajados.

■ Coordenação Editorial